

REGIC: TRAJETÓRIA, VARIAÇÕES E HIERARQUIA URBANA EM 2018

Rosa Moura

Profissional sênior na Dirur/Ipea. *E-mail:* <rosa.silva@ipea.gov.br>.

Liria Nagamine

Pesquisadora na Dirur/Ipea. *E-mail:* <liria.nagamine@ipea.gov.br>.

Gustavo Ferreira

Pesquisador na Dirur/Ipea. *E-mail:* <gustavo.ferreira@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2666>

Neste texto que se coloca para discussão, é elaborada uma síntese da trajetória da linha de pesquisas sobre as *Regiões de Influência das Cidades Brasileiras (Regic)*, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo conteúdo prima pela longevidade, sistematicidade e atualidade de pesquisas complexas que expressam a rede urbana brasileira desde a década de 1960. Seus resultados são subsídios imprescindíveis a estudos urbanos e regionais acadêmicos ou aplicados, à formulação de políticas públicas, programas e projetos nesses recortes territoriais, e à tomada de decisões quanto a investimentos e alocação de serviços públicos e privados nas cidades brasileiras. Além de historiar essa trajetória, colocam-se em destaque no texto alguns resultados e avanços da pesquisa mais recente, disponibilizados em 2018.

No início da abordagem, salienta-se a importância dos estudos sobre hierarquia urbana e regiões de influência das cidades, e se tecem considerações gerais sobre os aspectos históricos e metodológicos da pesquisa, com ênfase na qualidade e facilidade de acesso às informações produzidas. Discorre-se sobre as cinco pesquisas realizadas, sintetizando-se sua evolução, a aderência de seu referencial teórico e seu roteiro de análise às transformações do cenário urbano nacional, sem perder o vínculo metodológico do trabalho à teoria de fluxos e lugares centrais.

Nessa construção histórica, o aprimoramento dos procedimentos operacionais não comprometeu a comparabilidade metodológica e dos resultados, o que garantiu acompanhar a evolução, ao longo do tempo, do posicionamento de cada cidade na escala da rede urbana. Entre os aprimoramentos da pesquisa,

destaca-se o entendimento da cidade enquanto uma unidade espacial que pode constituir-se tanto por apenas um município quanto por um conjunto de municípios que configuram um arranjo populacional, que se sobrepõe a limites político-administrativos e por vezes a fronteiras internacionais. Essa unidade plurimunicipal passou a integrar a hierarquia urbana como uma “Cidade”.

Voltando-se à estruturação da rede urbana, o texto apresenta os resultados de um exercício que buscou demarcar as mudanças e permanências das cidades na escala hierárquica ao longo do período analisado. Observou-se a tendência de consolidação de um conjunto de metrópoles que vem organizando a rede urbana desde meados do século passado, reforçando-se com a agregação de novas centralidades metropolitanas e de capitais regionais. A partir dessas centralidades de primeiro nível, a rede se configura com maior densidade de elos entre cidades de distintas regiões, e maior ramificação e penetração no interior do território.

Nesse mesmo exercício, constataram-se também importantes mudanças na variação dos níveis de centralidade, relativas à ascensão ou queda nos reescalamentos ao longo do período. São identificadas as cidades que conquistaram condições mais qualificadas de centralidade, reposicionando-se em níveis superiores da hierarquia urbana, e aquelas que declinaram em seu posicionamento. Ambos os casos remetem a desdobramentos da análise realizada.

As ligações internacionais das cidades da faixa de fronteira terrestre e as conexões internacionais de longa distância de todas as cidades também mereceram

destaque no texto que se apresenta, pelo ineditismo na série das pesquisas consideradas. Esse novo bloco de análise da Regic 2018 mostra a relevância das relações transfronteiriças, no caso da fronteira terrestre, que em muitos casos reposiciona em níveis superiores da hierarquia urbana pequenas centralidades da linha de fronteira, e o importante feixe de conexões entre as cidades brasileiras e o resto do mundo, que confirma a importância das metrópoles e capitais regionais nesses relacionamentos.

Nas considerações finais, renova-se a importância da pesquisa e a firmeza do IBGE na produção de uma série de elevada qualidade e constante periodicidade. Salienta-se o quanto seus resultados apontam para a urgência de uma reflexão sobre o pacto federativo, posto que a dinâmica socioespacial cada vez mais ignora limites e fronteiras. Pela riqueza do material disponibilizado, sugere-se a realização de novas análises e desdobramentos em inéditas pesquisas e estudos complementares.

SUMÁRIO EXECUTIVO